

Comitê de Governança, Riscos e Controles da Fundação Nacional de Saúde
Registro da Reunião nº 08/2019 – 2ª Rodada do SMAI

Data: 23/07/2019 – de 09h00 às 12h30

Local: Ed. PO 700 – Sala 219 – Segundo Andar

Processo SEI: 25100.00

Participantes:

Membros do Comitê:

- Marcio Sidney Sousa Cavalcante – Diretor Executivo;
- Paulo de Barros Lyra Filho – Chefe de Gabinete Substituto;
- Carlos Luiz Barroso Junior – Diretor do Departamento de Administração;
- Antonio Carlo B. Brandão – Diretor do Desam Substituto;
- Patricia Valéria Vaz Areal – Coord-Geral da Cgcot (representando o Densp);
- Rafael Ayoroa Ramos – Auditor-Chefe.

Representantes da Secretaria do Comitê:

- Larissa de Lavor Martinelli Pitrez – Coordenadora-Geral da Cgpla;
- Elizabeth Regina Fragoso Manes – Secretária do CGRC.

Membros do Subcomitê:

- Rodrigo Adriano Machado Varela – Coordenador do Subcomitê;
- Silene Lima D. Ximenes Santos – Coordenadora da Cocag/Desam.

Servidores Convidados:

- Darlan Henrique S. Venturel – Coordenador da Cgmti/Deadm.

Agentes Externos:

- Deane D'Abadia Moraes – Auditora Federal de Controle Externo – Assessora da Secretaria de Controle Externo da Saúde – SecexSaúde – TCU;
- Salvador G. de Menezes Junior – Consultor OPAS

Pauta:

- Sistema de Monitoramento e Avaliação por Indicadores – Primeira Rodada de Monitoramento

ORDEM DO DIA

Iniciou-se a reunião com o Diretor Executivo sr. Marcio Cavalcante dando as boas-vindas a todos e explicando a ausência do Sr. Presidente por motivo de agenda externa.

A sra. Elizabeth Manes explica que a pauta trata exclusivamente do sistema de monitoramento, conforme cronograma aprovado pelo CGRC.

A palavra foi passada a sra. Patrícia Areal que passou a explicar os indicadores, suas metas e como está sendo feito o monitoramento.

O **indicador P1 – Percentual de Instrumentos Cancelados**, foi o primeiro a ser apresentado, demonstrado a evolução dos percentuais entre os dias 12 de abril e 18 de julho. O Sr. Paulo informou que se aguarda o prazo de 90 dias para providenciar o cancelamento do saldo de empenho e dos instrumentos celebrados, sobretudo em decorrência dos problemas de informação sobre a situação real dos instrumentos de repasse.

Apresentou-se em seguida o **indicador P2 – Percentual de Instrumentos Concluídos**. Também se apresentou a comparação entre os dias 12 de abril e 18 de julho, sem evolução muito sensível.

Em seguida, apresentou-se o **indicador P3 – Objetos Concluídos com Licença de Operação Emitida**. A Sra. Patrícia Areal informou que necessita de ajustes no SIGA para que possa ser disponibilizado um campo específico para apresentação da Licença de Operação ao final da obra, o que daria maior confiabilidade às informações.

O Sr. Darlan informa que deve retomar o processo de homologação do SIGA 2.0, disponibilizando aos usuários que conhecem o sistema de forma aprovação ou não das inovações do novo sistema, com isso ter um grande ganho nas operações. Após a realização de treinamento contando inclusive com os usuários que conhecem a operação do sistema para que se tenha a visão de quem opera. Informa que pretende colocar a área de Tecnologia da Informação em pleno funcionamento em 1 ano.

A Sra. Patrícia Areal explica sobre os **Empreendimentos em execução acima de 80% e vigentes**, informa que a meta para esse indicador é que os empreendimentos estejam concluídos em até 6 meses. Do total de 178 instrumentos em execução, 12 instrumentos estão 100% executados; 60 instrumentos estão com execução maior que 90% e menor que 100%, enquanto que 106 instrumentos estão na faixa de execução entre 80% e 90%. Falta ainda liberar o valor de R\$26,3 milhões à 42 instrumentos, esse do total de 650,9 milhões. Desses mesmos 178 instrumentos, 149 já foram pagos a mais de 6 meses, possibilitando crer que os empreendimentos também já estejam concluídos, faltando informação das Suest. **Tem-se como sugestão que temas como a produção de informações atualizadas seja incluída na pauta da próxima supervisão integrada.**

Posteriormente, foi demonstrado os **Empreendimentos em Execução com Instrumentos Vigentes sem Relatório há mais de 6 meses**, que tem como meta emitir Relatório de Visita Técnica - RVT para os instrumentos com RVT emitido há mais de 6 meses. O Sr. Paulo Lyra expôs que as Superintendências Estaduais já têm sido cobradas e o convencimento não tem atingido sucesso. A Sra. Patrícia Areal considerou que já foi proposto anteriormente incluir os indicadores na avaliação de desempenho. O Sr. Paulo Lyra falou que existe a real pretensão de utilizar tal medida, mas para o ciclo que se iniciará em 2020.

O Sr. Rodrigo Varela informa que os indicadores foram homologados a pouco tempo, e recomenda que seja verificado primeiramente o comportamento dos indicadores

e suas variações perante as medidas já implantadas, para então se estipular metas e eventualmente criar novos indicadores, que poderiam ser incluídos em um novo sistema de avaliação de desempenho.

A meta para os **Empreendimentos em Execução com Vigência Expirada**, é a ausência de empreendimentos em execução com vigência expirada, o que consta, de acordo com a Sra. Patrícia Areal é que apenas no ano de 2019, 149 instrumentos em execução expirarão a vigência. Paulo Lyra propôs identificar os casos e notificar as Superintendências para que se verifique a real situação dos instrumentos. O Sr. Márcio propõe orientar as Superintendências Estaduais quanto à prorrogação de ofício dos instrumentos de repasse que se enquadre nessa situação. A Sra. Patrícia Areal sugere que seja incluído a função alerta no SIGA, para informar a vigência dos instrumentos. A Sra. Elizabeth Manes, relembra que o SIGA informa aos gestores da Funasa, por e-mail, a proximidade da vigência do instrumento. O Sr. Paulo Lyra questiona quantos empreendimentos em execução com vigência expirada constam na portaria de cancelamento, lhe é informado que nenhum, visto que somente os empreendimentos não iniciados e com vigência expirada que se enquadram na portaria de cancelamento. O Sr. Darlan informa que existe boa prática aplicada no Ministério da Economia que se trata de diagnosticar as fraquezas do conveniente de forma a planejar ações necessárias (ex. capacitações para os operadores de convênios) para apoiar o município e aumentar a taxa de sucesso.

Na apresentação dos **Instrumentos Vigentes com Obra Paralisada**, a Sra. Patrícia Areal reforça a necessidade de as Superintendências Estaduais atualizarem o SIGA, informando o motivo da paralisação, uma vez que 28% dos instrumentos estão sem RVT há mais de 1 ano, quando a meta para esse status é nenhum empreendimento vigente com obra paralisada.

Em seguida foram demonstrados os **Instrumentos Expirados com Obra Paralisada**, onde a meta é nenhum empreendimento com esse status, e o ideal é que se corrija o status ou a vigência. A partir desse status não há base de dados disponibilizada no BI, de forma que as extrações realizadas têm sido utilizadas para compor a série histórica. Conforme apresentado pela Sra. Patrícia Areal, dos 177 instrumentos nessa situação, 102 instrumentos, que significa 58% estão sem relatório há mais de um ano.

O **indicador Instrumentos Vigentes com Obra não Iniciada sem Relatório há mais de 1 ano**, possui duas metas, nenhum empreendimento com relatório emitido há mais de 1 ano e nenhum empreendimento com status NÃO INICIADA e com PARCELA LIBERADA. De acordo com a Sra. Patrícia Areal, a existência de empreendimentos não iniciados com parcela liberada foi um fato que até pode ter ocorrido em convênios mais antigos, no entanto, nas atuais regras, não existe abertura para esse fato, desta forma, podendo ser entendido como um erro na informação, passível de correção. Dos 619 instrumentos celebrados, 554 até o momento não possuem relatórios emitidos, 55 possuem relatórios emitidos há mais de um ano, e 10 instrumentos com relatórios emitidos há um período maior que três anos. Sendo que dos R\$ 714,7 milhões celebrados, R\$293,9 milhões estão empenhados e R\$27,7 milhões já estão pagos.

Para a Sra. Patrícia Areal existe um erro de informação do **indicador Instrumentos Vigentes com Obra não Iniciada com percentual de execução maior que 0%**, acredita-se que o engenheiro responsável informa que existe algum percentual de execução em obras com status de não iniciada, indicando uma incoerência, fato este que foi identificado em nove empreendimentos, em cinco Superintendências Estaduais. Recomenda-se que essa

incoerência seja corrigida para os próximos monitoramentos. A meta é nenhum empreendimento com status NÃO INICIADA e com percentual de execução acima que 0%.

O resultado do monitoramento do indicador **Empreendimentos com Obras não Iniciadas e Instrumentos Vigentes – Com Relatório - RAA para liberação de 1ª parcela**, para a Sra. Patrícia Areal é reflexo de uma situação que não deveria estar acontecendo, ou a vigência é corrida ou se deve adotar medidas para que seja efetuado o cancelamento do instrumento. A meta é Nenhum Empreendimento com status NÃO INICIADA e VIGENTE com emissão de RAA para o qual não tenha sido efetuada a liberação financeira, no entanto, 127 empreendimentos possuem relatório emitido, sem parcela liberada apresentando status de obra não iniciada.

Conforme exposto na apresentação do indicador **Empreendimentos com Obras Não Iniciadas e Instrumentos com Vigência Expirada**, a meta é nenhum empreendimento com obra NÃO INICIADA e com VIGÊNCIA EXPIRADA, caso se opte pela manutenção do instrumento, sua vigência deve ser corrigida, caso contrário, deve-se tomar as devidas medidas para que ocorra o cancelamento. Dos 877 instrumentos celebrados, 810 nunca tiveram relatórios emitidos, e mesmo assim já foi empenhado e pago, respectivamente, R\$ 358,2 milhões e R\$ 145,4 milhões, de um total de R\$ 629,0 milhões. Vários desses instrumentos já constam presentes na portaria de cancelamento de convênios, salvo os que já receberam alguma parcela, pois se enquadram em outros critérios.

A Sra. Patrícia Areal ressalta que as Superintendências Estaduais já receberam os planos de ação via SEI, com a devida citação dos processos os quais necessita de atualização/correção de algumas informações citadas como incoerentes pelos monitoramentos no BI e SIGA, a exemplo de informar os motivos das paralisações das obras com instrumentos vigentes, para empreendimentos não iniciados e com vigência expiradas. O Sr. Marcio Sidney sugere maior rigidez nos prazos para entrega de informações, se necessário o cancelamento do convênio.

O Sr. Paulo Lyra questiona se o ideal é aguardar a finalização do prazo dado para a conclusão do monitoramento para somente então dar início as medidas corretivas. Como resposta a esse questionamento o Sr. Rodrigo Varela expõe que assim que identificado um desvio no planejamento, a atuação deve ser imediata. A Sra. Patrícia Areal ressalta a dinamicidade das informações aferidas no presente monitoramento, devido a inclusão de novos convênios e atualização dos indicadores por parte das Superintendências Estaduais.

Após finalizada a apresentação de monitoramento dos indicadores do Densp, o Sr. Antonio Batalini questiona sobre quais meios que os técnicos das Superintendências podem executar de melhor forma as rotinas administrativas. O Sr. Paulo Lyra ressalta que para a gestão das ações de saneamento não apresenta maiores novidades, são processos já executados há bastante tempo. A Sra. Silene Ximenes afirma que o SIGA não é um sistema amigável, não é ágil na execução, visto que são vários cliques até conseguir executar as tarefas, além das dificuldades para produzir relatórios gerenciais. O Sr. Paulo Lyra sugere que caso seja de interesse das áreas que se crie um roteiro de relatório gerencial para ser seguido pelas Superintendências Estaduais.

A Sr. Patrícia Areal fala da necessidade de criação de outros painéis de monitoramento, justamente para distinguir os resultados do monitoramento dos instrumentos de repasse antigos dos novos.

O Sr. Darlan pede que as áreas comecem a registrar as proposições para uma próxima atualização do SIGA. O Sr. Paulo Lyra ressalta a necessidade da Funasa começar a demonstrar mudanças na sua capacidade de entregar resultados ainda em 2019, visando inclusive a sobrevivência da instituição.

Dentre as iniciativas proposta pelo Sr. Paulo Lyra para alcançar uma melhora nos indicadores estão: **qualificação na seleção dos novos instrumentos a serem celebrados;**

estabelecimento de critérios de priorização; subsidiar os municípios com informações a respeito dos critérios mínimos para efetivação do instrumento, no que diz respeito a capacidade do município em executar a obra e número suficiente de técnicos.

Passou-se então para os indicadores de Saúde Ambiental, apresentando os **percentuais de instrumentos concluídos de Educação em Saúde Ambiental e o número de instrumentos vigentes e expirados**. De acordo com o que foi apresentado pela Sra. Silene, no que se refere a instrumentos concluídos nada foi alterado, quanto ao número de instrumentos vigentes e expirados na região nordeste, tem-se o total de 143 vigentes e 67 expirados.

Atualmente existem apenas os municípios de Currais Novos/RN, Nossa Senhora/SE e Lagoa Grande/PE que se enquadram na portaria de cancelamento. Informou que após reuniões com os SESAMs, ficou acordado o prazo de 30 dias para identificação dos cenários, a partir do acompanhamento/monitoramento via SICONV, visando a redução do número de instrumentos sem execução, em ajuste e adotar providências para conclusão e andamento. Assim que consolidadas essas informações, será verificada a necessidade de mudança no plano de ação.

Sra. Silene informou também que no exercício de 2018 foram atendidos 564 municípios e 987 comunidades com iniciativas de apoio à qualidade da água para consumo humano, somado aos quantitativos dos exercícios anteriores, foi alcançado 83,7% e 99,7% para municípios e comunidades, respectivamente, em relação a meta do PPA 2016-2019. Foram coletadas 17.354 amostras para análise, realizadas em água tratada e água bruta destinadas a consumo humano, em 457 municípios atendidos por ações do Departamento de Educação em Saúde Ambiental, apenas 9,2% não está em conformidade com algum parâmetro avaliado. Quando a não conformidade está associada a algum problema in loco, os técnicos tentam resolver, de todo modo, os municípios são notificados, recebendo o resultado e relatório das análises visando que a Secretaria de Saúde do município resolva a demanda.

A Sra. Silene menciona a tratativa de se incluir novos indicadores. O Sr. Paulo Lyra relembra que a decisão por não incluir todos indicadores propostos nesse primeiro momento se pauta na viabilidade dos mesmos, visto que alguns não poderiam ser extraídos dos sistemas utilizados pela Funasa, ou dependeriam de alguma interação com órgãos externos, até mesmo por ausência de uma sistemática de trabalho para utilização desses indicadores, ressaltando que os indicadores não utilizados foram reconhecidos como necessários, mas não viáveis no momento.

Dentre os encaminhamentos mencionados pela Sra. Silene estão o desenvolvimento de atividades em parceria com o Departamento de Engenharia e Saúde Pública, junto aos sistemas e soluções de abastecimento de água fomentados pela Funasa.

Em relação ao Salta-z informa que foi encaminhado ofício aos municípios, dando um prazo de 30 dias para construção das torres, após o prazo será iniciado o processo de remanejamento para atender as demandas solicitadas e ainda não atendidas. A PFE foi consultada quanto a legalidade de cancelamento do acordo de cooperação com os municípios, visto o não cumprimento da contrapartida, que é a construção das torres. Por fim, a Sra. Silene sugere que seja feito um vídeo institucional dando publicidade dos resultados obtidos após a implantação do Salta-z. Ainda sobre o Salta-Z, foi evidenciado uma possibilidade de parceria com fundação privada (Coca-Cola), auxiliando na construção das torres. O Sr. Paulo Lyra ressalta que acredita ser uma oportunidade formidável, a depender dos termos do acordo.

Encaminhamentos:

- Notificar às Suests dos itens do Plano de Ação com prazo vencido, até a primeira semana de agosto. O Sr. Salvador informa que foi encaminhado via SEI a demanda incluindo quais eram os instrumentos de repasse para execução do plano de ação facilitando a execução do plano pelas Suests. A Sra. Patrícia expõe que os prazos acordados com as Superintendências Estaduais levam em consideração as situações pendentes de resolução de problemas na época da realização do Encontro Regional, mas que novos instrumentos de repasse podem ter passado a se enquadrar em uma situação que carece de resolução, já que se trata de uma situação que é dinâmica.

- Tratar com Ministério da Economia a respeito da realização de concurso para temporário e cessão de engenheiros da Infraero para às Suests.

- Formulação e apresentação de propostas para realização de eventos (Seminário de Educação e Saúde Ambiental e CIESA).

- Verificar termos de acordo de parceria com a Coca-Cola.

Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a presente reunião.